

**ATA**

Ao primeiro dia do mês de março do ano de dois mil e doze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva - e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, Francisca Maria da Costa Abreu, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, André Guimarães Coelho Lima e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Não compareceu a Vereadora Luísa Maria Alves Oliveira, cuja falta foi considerada justificada. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----**-----INTERVENÇÕES-----**

1 - Vereador André Coelho Lima – Referindo-se à recente decisão instrutória no processo conhecido como «Parque das Hortas», disse entender que o Presidente de Câmara deveria ter dado conhecimento à Câmara, e até à Assembleia Municipal, desta decisão judicial que determinou a não pronúncia do Presidente da Câmara e a pronúncia do então vereador António Castro, dizendo, a propósito, que se tratava de uma decisão não definitiva, que só seria definitiva após julgamento e sentença transitada em julgado. Continuou, recordando o histórico deste processo, que teve início em 1998 na sequência de uma intervenção do então vereador do PSD, Sr. Roriz Mendes, que havia detetado no processo a existência de dois documentos com o pedido de indemnização a pagar pela empresa compradora dos terrenos do «Parque das

Hortas» ao arrendatário rural, sendo que os dois documentos tinham a mesma data, o mesmo texto e até o mesmo número de entrada nos serviços da Câmara, mas valores de indenização distintos: um do montante de Esc. 12.650.000\$00 e o outro de Esc. 7.000.000\$00. Disse, ainda, que daquela decisão judicial parecia resultar um prejuízo para o Município da ordem dos €200.000,00. Continuou, dizendo que, ao tempo, o Sr. Presidente da Câmara apresentou participação criminal, que veio a originar o referido processo judicial. Neste contexto, e considerando a referida decisão, perguntou ao Presidente de Câmara sobre o que pensava fazer, na sua qualidade de representante do Município, dizendo considerar importante saber-se quais as medidas já tomadas no processo, ou que a Câmara pensa vir a tomar, na defesa dos interesses do Município. Continuou, dizendo que não é compreensível que, tendo sido o Presidente da Câmara quem teve a iniciativa de apresentar ao Ministério Público a participação criminal, o Município não use agora de todos os meios processuais ao seu dispor para se ver ressarcido dos prejuízos que possam vir a ficar provados. Recordou a Câmara que o PSD se constituiu assistente neste processo pelo que pode intervir processualmente, nessa qualidade. No entanto, informou que, apesar do despacho de não pronúncia relativamente ao Presidente de Câmara ser um despacho passível de recurso, o PSD não vai apresentar recurso deste despacho que iliba o Presidente de Câmara de responsabilidades de natureza criminal, por aderir genericamente à tese que está na base da decisão. Concluiu, dizendo que o PSD apenas pretende a defesa do interesse público, pelo que era importante saber o que pensa o Município fazer na defesa dos seus legítimos interesses patrimoniais, que, conforme disse, poderão estar lesados no negócio realizado no âmbito deste



processo. **2 - Vereador José Manuel Torcato – a)** – Quis saber por que motivo se encontram paradas as obras da via Pevidém/Selho S. Cristóvão; **b)** – Perguntou sobre o ponto de situação do Centro de Ciência Viva. **3 - Vereadora Francisca Abreu** – Fez a sua intervenção sobre os Centros Novas Oportunidades, lendo, em voz alta, um documento, solicitando que o seu texto ficasse transcrito em ata: “A OCDE, no seu relatório “Going for Growth 2012”, estudo anual sobre as medidas para o desenvolvimento, releva como boas práticas em Portugal, o alargamento da educação, com particular incidência para a expansão do ensino profissional e da formação de adultos com baixas qualificações académicas, em particular o programa “Novas Oportunidades”, criado pelo anterior governo. Ao arrepio da avaliação que a OCDE faz dos impactos deste programa, dos elogios que tece e das recomendações que apresenta, e quase coincidente no tempo, o atual governo inicia o processo de desmantelamento da rede de Centros Novas Oportunidades em todo o país. O atual Governo dá, assim, cumprimento a uma agenda ideológica de direita, como, aliás, o atual Primeiro Ministro foi anunciando em campanha eleitoral, privando os portugueses adultos de acederem a uma segunda oportunidade de educação e formação. Com esta medida, o atual governo nega a muitos portugueses o direito de acesso à educação, compromete o futuro dos cidadãos que não tiveram uma primeira oportunidade de educação e formação e compromete o presente e o futuro de Portugal. Em Guimarães, dois Centros Novas Oportunidades foram encerrados: o CNO da AMAVE e o CNO da Escola Secundária Martins Sarmiento. Desde a sua criação, estes dois CNOs certificaram 5 689 cidadãos adultos e tinham inscritos quase 13 000. O encerramento destes dois CNOs interrompeu um processo

de formação de algumas dezenas de cidadãos vimaranenses. Como se de uma nódoa se tratasse, elimina-se sumariamente. Desrespeita-se o esforço feito, ignora-se o reconhecimento que lhes é devido, mata-se a esperança, o prazer de descobrir e de aprender. Só quem não passou pelos CNOs, e deles só sabem o que ouvem dizer, é que não percebem a importância que a segunda oportunidade de aprendizagem significou e significa para milhares de portugueses. Foi e é oportunidade de se confrontarem, de testarem os seus limites, de abrirem novas janelas para o mundo, de aprenderem e elevarem a sua auto estima, de descobrirem e serem descobertos. Enquanto vereadora com competências delegadas na área da Educação não posso deixar de repudiar mais uma medida que visa poupar hoje o muito que o amanhã nos prometeria. Uma medida que desinveste no nosso melhor e maior capital: os cidadãos”.

4 - Vereador César Machado – Sobre a intervenção do Vereador André Coelho Lima começou por dizer que a pergunta deste Vereador era retórica na medida em que quem pergunta sabe antecipadamente a resposta. Acrescentou que a avaliação que o Vereador André Coelho Lima faz do desempenho do então Vereador António Castro está longe de corresponder à avaliação que faz a Câmara, uma vez que na pergunta vêm pressupostas algumas certezas que o Vereador André Coelho Lima já tem e que não é legítimo ter nesta fase do processo. Finalmente, disse que não era verdade que, mesmo na hipótese que refere o Vereador André Coelho Lima, fiquem precludidos os meios de defesa do interesse do Município por não ser apresentado, nesta fase, pedido de indemnização.

5 - Vereador Domingos Bragança – **a)** – Também sobre a intervenção do Vereador André Coelho Lima disse que ainda não tinha havido condenação de nenhum arguido no processo; **b)** -



Deu esclarecimentos sobre a situação atual do Centro de Ciência Viva, acrescentando que se previa que em Junho estivesse tudo em condições para ser inaugurado. **6 - Presidente da Câmara – a)** - Sobre a intervenção da Vereadora Francisca Abreu, disse que também lamentava a decisão do Governo de encerrar os Centros Novas Oportunidades, salientando que, ao contrário do que se pretende fazer crer, nem tudo é mau nos referidos cursos. Apontou, também, as dificuldades causadas pela decisão abrupta de encerrar estes Centros, visto que há contratos de trabalho com técnicos afetos àquela estrutura que ainda estão em vigor; **c)** - Deu também esclarecimentos sobre o Centro de Ciência Viva, designadamente as diligências que efetuou, juntamente com o Reitor da Universidade do Minho; **d)** - Sobre a intervenção do Vereador André Coelho Lima disse que este tinha deixado perceber que gostaria de ser o juiz, mas não o é. Acrescentou que, neste momento, não tomava posições antes de haver decisões definitivas, esclarecendo, a propósito, que por a decisão em causa não ser definitiva é que não tinha dado conhecimento à Câmara. Finalmente disse que se está a tentar denegrir a imagem de quem está acusado e que goza do direito da presunção de inocência até à sentença transitar em julgado. **7 - Vereador André Coelho Lima – a)** - Sobre a intervenção da Vereadora Francisca Abreu, disse que era necessário credibilizar o ensino português. Disse, ainda, ser importante reforçar o ensino sénior mas que é uma enorme demagogia confundir o Centro Novas Oportunidades apenas com o ensino sénior; **b)** - Sobre o “processo das Hortas” esclareceu que não condenou ninguém mas antes que a sua preocupação era para com a posição que a Câmara Municipal assumiria caso se provasse que houve danos para o Município. ----

-----**INFORMAÇÕES**-----

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: **1** – Entendeu que o Governo não terá andado bem no que respeita à tolerância de ponto no Carnaval, informando que o atendimento ao público esteve a um terço do movimento, significando que a população em geral aderiu a esta festividade; **2** – De ter sido aprovado pelas Câmaras Municipais da Região Norte, por unanimidade e aclamação, um voto de apoio ao Eng.º Carlos Duarte, representante dos Municípios da Região Norte na Comissão Diretiva do Programa Operacional do Norte; **3** – Anunciou uma estratégia conjunta da Polícia Municipal e da PSP para combater a proliferação de vendedores ambulantes e da mendicidade organizada na cidade ao fim de semana. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

1 – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 14 de fevereiro de 2012, que aprovou a conta final da obra designada por **“Requalificação e Beneficiação de Pavilhões Desportivos”**, no valor de €556.073,49 + IVA, bem como o auto final, no valor de €130.056,62 + IVA; **2** – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 24 de janeiro de 2012, que concordou com o relatório final relativo à empreitada de **“Regulação de Fluxo Luminoso – Instalações Elétricas”**, propondo a não adjudicação, ao abrigo da alínea b) do nº1 do artigo 79 do CCP, por todas as propostas terem sido excluídas, e determinando a abertura de concurso por ajuste direto, ao abrigo dos critérios materiais, de acordo com a alínea b), n.º 1 do art.º 24.º do CCP; **3** – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 16 de fevereiro de 2012, que concordou com uma informação de abertura de início de procedimento para execução da obra designada por **“Largo Frei Cristóvão dos Reis e**



Envolvente (Banhos Velhos) – Caldelas”, estimando-se que o respetivo preço contratual não deva exceder €170.000,00 + IVA;
4 - Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 14 de fevereiro de 2012, que concordou com uma informação de abertura de início de procedimento para execução da obra designada por **“Reperfilamento da rua da Maina e parque de estacionamento do Centro de Saúde de Urgezes”**, estimando-se que o preço contratual não exceda €610.000,00 + IVA. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

CÂMARA – ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 2012. DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. -----

OBRAS PÚBLICAS – RECONVERSÃO DA EB1 PINHEIRAL – CALDELAS PARA CENTRO ESCOLAR – CONTA FINAL -

Presente, para aprovação, a conta final da obra em epígrafe (até rescisão de contrato), adjudicada a "Sociedade de Construções Guimar, S.A.", no valor de €373.364,93 + IVA, bem como o auto final, no valor de €267,66 + IVA, de acordo com informação, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ---

OBRAS PÚBLICAS – RECONVERSÃO DA EB1 PINHEIRAL – CALDELAS PARA CENTRO ESCOLAR – CONCLUSÃO DOS TRABALHOS – INFORMAÇÃO PARA INÍCIO DE PROCEDIMENTO

– Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 22 de fevereiro de 2012, que concordou com uma informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais, que se anexa, para contratação, através de procedimento por ajuste direto, da conclusão dos trabalhos da

Reconversão da EB1 Pinheiral, Caldelas, para Centro Escolar, estimando-se o preço contratual em €1.390.000,00 + IVA. Junta-se, ainda, o Caderno de Encargos bem como Auto de Posse Administrativa de Obra Pública (ao abrigo do n.º 3 do art.º 404.º do Código dos Contratos Públicos). Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ---

URBANISMO – PROCESSO RECRUA - COMPARTICIPAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL - EDIFÍCIO SITO NO LARGO DO TROVADOR, 25, FREGUESIA DE S. SEBASTIÃO – Presente a

seguinte informação: “Em reunião de 12 de Junho de 2008, a Câmara Municipal aprovou, genericamente, o pagamento das comparticipações devidas pelo Município, no âmbito dos processos instruídos ao abrigo do Regime Especial de Comparticipação na Recuperação de Imóveis Arrendados (RECRUA), após aprovação da candidatura pelo Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU). Esta proposta foi aprovada na sequência de dúvidas que se levantaram quanto à necessidade de, ainda que observados os dispositivos legais que aprovaram aquele Regime Especial, a transferência de verbas para os particulares carecer de deliberação camarária. Na sequência daquela deliberação genérica, e devido à imprevisibilidade do número de processos RECRUA a aprovar anualmente, foi entendido submeter a aprovação da Câmara Municipal os processos individualmente. Assim, no âmbito do processo RECRUA n.º 24, a Sra. D. Maria José de Oliveira Milhão Guerreiro, tendo como procurador o Sr. José Eduardo Fernandes Milhão, solicitou, na qualidade de proprietária do edifício sito no Largo do Trovador, nº. 25, freguesia de S. Sebastião, a realização de obras naquele imóvel ao abrigo do referido Programa RECRUA. Esta candidatura mereceu aprovação por parte do Município, em



21 de Abril de 2010, e do IHRU, conforme ofício junto ao processo de 28 de Janeiro de 2011, nas seguintes condições de comparticipação: -----

Custo total da obra	€100.387,30 (c/ IVA a 6%)
Comparticipação total	€87.486, 92 (c/ IVA a 6%)
Comparticipação IHRU	€52.492, 15 (c/IVA a 6%)
Comparticipação CMG	€34.994, 77 (c/ IVA a 6%)

Em 16 de Janeiro de 2012, a obra foi dada como concluída, tendo já sido apresentada, pelo empreiteiro, a factura relativa às obras realizadas. Sendo, agora, necessário proceder ao pagamento do valor que corresponde à comparticipação do Município, propõe-se que a Câmara Municipal autorize a realização desta despesa, nos termos e para os efeitos previstos no Decreto-Lei nº. 329-C/2000, de 22 de Dezembro". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

REGULAMENTOS - REGULAMENTO MUNICIPAL DE EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO - SUSPENSÃO DA VIGÊNCIA DO ARTº 47º

- Presente a seguinte informação do Diretor do Departamento de Gestão Urbanística: "Refere-se a presente informação técnica ao art.º 47.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização (adiante designado RMEU) atualmente em vigor. Este art.º 47 contém um conjunto de regras e/ou condicionantes que dispõem sobre afastamentos do edificado aos limites de propriedade que as construções deverão obrigatoriamente salvaguardar. Ao longo do tempo já registado de aplicação do presente regulamento têm-se verificado um conjunto de dúvidas legais sobre a sua aplicação e enquadramento legal no quadro jurídico mais geral bem como a percepção que a sua aplicação não tem resultado numa melhoria urbanística relevante, do ponto de vista urbanístico. Concluiu-se, hoje, que aquele artigo não se mostra eficaz nos seus resultados, inibindo mesmo, por

vezes, a adoção das melhores soluções de enquadramento na envolvente. Assim, e porque a própria lei geral salvaguarda já (nomeadamente Regulamento Geral de Edificação e Urbanização) um conjunto de regras essenciais sobre os afastamentos das construções aos limites das propriedades, entende-se conveniente propor ao Órgão Executivo, e posterior aprovação pelo órgão deliberativo, que delibere a suspensão dos efeitos do mencionado artigo 47.º do RMEU, com aplicação imediata, até que seja alterado/substituído por outro artigo em sede de revisão do Regulamento". **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL APÓS REALIZAÇÃO DE INQUÉRITO PÚBLICO.** Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes e André Coelho Lima, e informaram que pretendiam apresentar **declaração de voto**, tendo o **Presidente da Câmara** informado que a declaração de voto deveria ser entregue até às 17:30 h do dia de hoje.-----
Como o Presidente da Câmara disse que a declaração de voto deveria ser apresentada até às 17:30 horas do dia de hoje, o **Vereador André Coelho Lima** requereu para o plenário que a declaração de voto fosse apresentada até às 24:00 h do próprio dia da reunião de Câmara, considerando os compromissos profissionais que tem e que não lhe permitem apresentar este documento no prazo que agora lhe foi determinado. Posto a votação, **foi o requerimento indeferido por maioria**, por terem votado contra o Presidente da Câmara e os Vereadores Domingos Bragança, Francisca Abreu, César Machado, Amadeu Portilha, Alexandra Gesta e José Augusto Araújo. -----
Os Vereadores José Manuel Antunes e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Tendo em conta a justificação apresentada para propor a suspensão do referido



artigo do RMEU, designadamente, o facto de que "ao longo do tempo já registado de aplicação do presente regulamento têm-se verificado um conjunto de dúvidas legais sobre a sua aplicação" – significando isto que o problema é antigo e detetado há muito. Tendo em conta o facto de aludir que os seus efeitos seriam suspensos até que fosse "alterado/substituído por outro artigo em sede de revisão do Regulamento". Tendo em conta o presente momento em que estão a ser dados os passos finais da revisão do PDM e do PUG, com regulamentos próprios. E finalmente, tendo ainda em conta que o Regulamento Geral de Edificações Urbanas é muito mais permissivo do ponto de vista do conjunto de regras essenciais sobre os afastamentos das construções aos limites das propriedades que define, do que o prescrito no referido artigo do RMEU. O PSD julga que o mais sensato neste momento passa, por um lado, por aguardar pela conclusão das revisões do PDM e PUG em curso e, por outro lado, por realizar em sede própria a total revisão do RMEU, adequando-o aos mais recentes instrumentos de planeamento de território e até às atuais condições financeiras do país, aproveitando então para retificar o aludido artigo 47º, bem como outros que possam apresentar também alguma necessidade de correção e adequação ao PDM e PUG, pelo que desse modo os vereadores do PSD optam pela abstenção neste ponto da Agenda".

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA A EMPREITADA "EXTENSÃO DO MUSEU ALBERTO SAMPAIO" - PRORROGAÇÃO DE PRAZO – Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Empreitadas: **"1. Objecto:** Prorrogação da prestação de serviços de Coordenação de Segurança e Saúde, para a empreitada referida em epígrafe, dando cumprimento ao artigo 17.º do Decreto-Lei 273/2003. **2.**

Considerandos: Por despacho do Sr. Presidente da Câmara, datado de 5 de Novembro de 2011 (Ajuste Direto 95/10), foi adjudicada à empresa Geoaline, Sociedade Unipessoal, Lda. a prestação de serviços de coordenação de segurança e saúde da obra "Extensão do Museu Alberto Sampaio" com um prazo de 12 meses. Entretanto, a obra que está a ser acompanhada por esta empresa sofreu uma suspensão parcial, com a correspondente prorrogação de prazo. Significa isto que, apesar do contrato inicial celebrado com a "Geoaline" estar a terminar, os serviços de Coordenação de Segurança e Saúde continuam a ser necessários, pelo prazo de 60 dias. A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretende contratar requerem conhecimentos, formação especializados e experiência em Sistemas de Gestão de Coordenação de Segurança e Saúde para a fase de obra e legislação correlacionada; Trata-se de uma prorrogação de prazo para a prestação de serviços por uma empresa que já exerce esta atividade naquela obra e é conhecedora de todo o Sistema até agora executado em obra. Por esse facto, entendeu-se não ser necessário solicitar ao Departamento de Recursos Humanos a possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao atual quadro de pessoal; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a prorrogação do contrato da prestação de serviços de Coordenação de Segurança e Saúde para a empreitada referida em epígrafe, considerando os seguintes elementos: a) O objecto do contrato é a prorrogação do



prazo da prestação de serviços de Coordenação de Segurança e Saúde para a fase de obra, da empreitada supracitada, cumprindo com as obrigações do Dono de Obra referidas no artigo 17.º do Decreto-Lei 273/2003. Esta prorrogação será de 2 meses, considerando o tempo estimado da prorrogação do prazo para a execução da obra e a conclusão da sua compilação técnica. b) A despesa total será de €2.096,32 acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 2.5.1.32 do PPI (Plano Plurianual de Investimentos) correspondente ao ano de 2012. d) O procedimento de formação do contrato será através de ajuste direto simplificado, de acordo com o artigo 128.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro - Código dos Contratos Públicos com convite à atual empresa prestadora destes serviços nesta obra, a Geoaline, Sociedade Unipessoal, Lda., de forma a dar continuidade à sua atividade. e) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respectivo cônjuge, algum parente ou a fim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. f) Finalmente, informa-se que foi aplicada a redução remuneratória prevista no art.º 19º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, considerando que o valor mensal da prestação de serviços no anterior contrato era de €1.099,00 e que o valor relativo aos 2 Meses desta prorrogação seria de €2.198,00". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO - APOIO JÚRIDICO PARA PROPOR PARTICIPAÇÃO CRIMINAL E ASSEGURAR A ASSISTÊNCIA JURÍDICA NECESSÁRIA – Presente a seguinte informação: "1. **Objecto:** Pretende-se apoio jurídico para propor participação

criminal e assegurar a assistência jurídica necessária até ao final do processo, em que é ofendida a Agente de Polícia Municipal Sofia Isabel Pereira Almeida, por factos emergentes do exercício das suas funções. **2. Considerandos:** A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requer conhecimentos e formação especializados e experiência em Advocacia; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de *prestação* de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objecto do contrato é a prestação e acompanhamento jurídico sob a forma de mandato judicial; b) Estima-se que a despesa total do serviço contratado ascenda ao montante de €600, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, incluindo já as taxas de justiça; c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 020214, correspondente ao ano de 2012; d) O procedimento de formação do contrato é o ajuste direto, ao abrigo da alínea a), do nº 1, do artigo 20º, do *Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro*, contratando-se, para o efeito, os serviços do Dr. Cordeiro da Silva, Advogado com escritório no nº 311, da Rua Abade Tagilde, R/C esquerdo; e) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respectivo cônjuge, algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum". **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram contra os Vereadores José Manuel Antunes e André



Coelho Lima que apresentaram a seguinte **declaração de voto**:

“Na reunião de 27.10.2011 veio a reunião de Câmara uma proposta, que veio a ser aprovada por unanimidade, para a celebração de uma relação de avença para prestação de serviços jurídicos ao Município de Guimarães, pela sociedade vimaranense GAMA LOBO XAVIER, LUÍS TEIXEIRA E MELO – SOCIEDADE DE ADVOGADOS, R.L. Sociedade de advogados que aliás vem mantendo o acompanhamento dos assuntos jurídicos do Município. Os vereadores do PSD têm votado sucessivamente contra pagamentos de serviços pontuais prestados por outros advogados e/ou sociedades de advogados conquanto o contrato de avença em vigor cubra o âmbito de representação assegurado por esse serviço pontual. Ora, neste ponto, é-nos sugerida a contratação pontual de um ilustre causídico vimaranense, para “assegurar assistência jurídica”, designadamente para propor uma participação criminal acompanhando o correspondente processo até ao seu final. Nada é dito no texto que fundamenta a presente proposta de deliberação quanto á existência de qualquer impossibilidade por parte da sociedade de advogados com a qual tem o Município de Guimarães um contrato de acompanhamento jurídico. Se atentarmos no texto da deliberação aprovado em 27.10.2011 verifica-se que o contrato com a sociedade avençada “corresponde, por natureza dos serviços, a áreas distintas da atividade jurídica e judicial, que são fundamentalmente as seguintes: i) Representação judicial e extrajudicial em procedimentos e processos no âmbito do direito criminal e do direito disciplinar; ...” Isto é, tendo o Município um contrato de avença com uma sociedade de advogados, que cobre todas as áreas do direito, designadamente o direito criminal e disciplinar, e não sendo apresentada qualquer justificação para que não seja

essa sociedade, já com contrato com o Município, a assumir a condução do processo (sempre salvaguardando o devido respeito pelo causídico em causa), em coerência com o vimos defendemos até aqui e em defesa do que entendemos ser a proteção do erário público não vislumbramos que seja admissível esta contratação pontual, pelo que votamos contra”.-----

PATRIMÓNIO - AQUISIÇÃO AMIGÁVEL - PARCELA 5 - VARIANTE DE SILVARES

– Presente a seguinte informação da Chefe de Divisão de Património Municipal: “A Câmara Municipal de Guimarães, através de deliberação tomada em 4 de Março de 2010, requereu ao membro do governo competente a Declaração de Utilidade Pública, com carácter de urgência, para efeitos de expropriação, relativamente às parcelas de terreno designadas como 4 e 5, necessárias à Variante de Silvares, tendo mais tarde aquela resolução sido retificada mediante deliberação de 9 de Setembro de 2010, designadamente no que diz respeito à fundamentação da necessidade de expropriação, bem como à identificação das parcelas e respetivos proprietários e o montante previsto com a expropriação, conforme solicitação efetuada pela DGAL. A Declaração de Utilidade Pública, das duas parcelas de terreno, foi publicada na 2ª Série, n.º 198, do Diário da República, em 14 de Outubro de 2011. Relativamente à parcela 5, no decurso do processo negocial, o Município encetou proposta de aquisição amigável aos proprietários da parcela 5, com a área de 3.658,30 m², pelo valor de €265.790,11, sendo que os mesmos pretendiam um valor de €500.000,00. Solicitada a reanálise à perita da lista oficial, foi possível concluir que o valor máximo admissível para esta indemnização seria de €331.327,05, pelo que o processo teve a sua sequência pela via expropriativa, dada a divergência de valores em causa. Entretanto, os proprietários da parcela 5



informaram que aceitavam vender o terreno pelo valor de €331.327,05, como pagamento indemnizatório da parcela, sendo que €255.077,05 corresponde ao valor do terreno e os restantes €76.250,00 correspondem ao valor de benfeitorias, designadamente reposição da vedação e da cortina arbórea e transferência de local do pórtico. A parcela de terreno em causa tem a área de 3.658,30 m², e será a desanexar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o nº 30/Silvares e encontra-se inscrito na matriz rústica sob o artigo 538º, confrontando do Norte com Rua da Igreja, do Sul com Rua Abílio Mendes e do Nascente e Ponte com restante prédio dos expropriados. Assim, caso o Município de Guimarães pretenda adquirir a identificada parcela de terreno, deve ser submetida à Câmara Municipal, nos termos dos artigos 11º e 34º do Código das Expropriações, a aquisição a Manuel de Castro Mendes, Helena Cristina de Abreu Castro Mendes, João Pedro de Abreu Castro Mendes, Manuel Ricardo de Abreu Castro Mendes e Luís Filipe de Abreu Castro Mendes, o indicado terreno pelo preço global de €331.327,05, a pagar em duas prestações, sendo a primeira, no valor de €165.000,00, paga no ato da escritura e a segunda, no valor de €166.327,05, a pagar no prazo de três meses a contar da data de celebração da escritura”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PATRIMÓNIO - EXPROPRIAÇÃO DE TERRENO - PLACA GIRATÓRIA - VOLTA DO PEDROSO – AZURÉM – Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Património Municipal: “Na sequência da realização do projeto da placa giratória, a implantar no entroncamento da Rua Moura Machado, Rua da Nossa Senhora da Madre Deus e Rua de Cesil, freguesia de Azurém, verificou-se a necessidade de se adquirir várias parcelas

de terreno, de forma a permitir resolver uma situação conflituosa no trânsito local, gerada pela curva apertada e desnivelada que se verifica na Rua da Nossa Senhora da Madre Deus e Rua de Cesil, agravada com o entroncamento da Rua Moura Machado, o que potencia acidentes viários no local, para além de constituir um local gerador de graves problemas de visibilidade e de fluidez de trânsito. O fundamento de aquisição das parcelas de terreno, deve-se à necessidade de solucionar os problemas acima descritos, pois para além de causar transtorno à circulação dos veículos automóveis naquela zona, especialmente quanto ao cruzamento de veículos pesados, dificulta a circulação dos peões uma vez que não se garante um espaço de circulação adequado ao movimento das pessoas, no espaço a si destinado. É assim de toda a conveniência, para a segurança e melhoria de condições de circulação, garantir no referido entroncamento, conhecido por "Volta do Pedroso", uma rotunda com uma inclinação máxima de 6% e um raio mínimo de 10 metros e faixa de rodagem com 8 metros, que assegurará a correta circulação de veículos e pessoas, naquela via. Nos termos da alínea f), do nº 2, do art.º 64º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, é da competência da Câmara Municipal criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos, integrados no património municipal ou colocados, por lei, sob a administração municipal. Nesse sentido, o Município propôs ao proprietário a aquisição das parcelas de terreno necessárias à obra projetada, pela via do direito privado, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 11º do Código das Expropriações, não tendo havido aceitação do valor proposto pela autarquia, por parte do proprietário. Desta forma a



aquisição das parcelas de terreno, que a seguir melhor se identificam, terá de ser efectuada por expropriação, conforme previsto no nº 6 do artigo 11º do citado diploma. -----

Proprietário	Residência /Sede	Parcelas	Área	Descrição Predial	Inscrição Matricial	Confrontações
Freitas Castro & Filhas, Lda	Rua da Boavista, 246, 4800-853 Guimarães	A	1600m²	961/Azuré m (parte)	122º Rústico (parte)	Norte- restante prédio; Sul – Rua de Cesil; Nascente – terreno público; Poente – Rua do Pedroso.
		B	1235m²	958/Azuré m (parte)	23º Rústico (parte)	Norte- restante prédio; Sul – restante prédio; Nascente – Rua do Pedroso; Poente – caminho de servidão.
		D				Norte- restante prédio; Sul – restante prédio; Nascente – Rua do Pedroso; Poente – terreno público.
		C	860m²	959/Azuré m (parte)	21º Rústico (parte)	Norte- Rua Moura Machado e Rua Nossa Senhora da Madre de Deus; Sul – restante terreno; Nascente – Rufino da Silva e Joaquim Faria; Poente – Rodrigues Novais e Daniel Salgado.

De acordo com o Plano Diretor Municipal, a parcela "A" situa-se em zona de Construção e as parcelas "B/D" e "C", situam-se em zona de Construção Central. Os encargos previstos com a expropriação desta parcela são de **€280.103,08**, (duzentos e oitenta mil cento e três euro e oito cêntimos) em conformidade com a avaliação efectuada por perito da lista oficial. Nestes termos, caso o Município pretenda adquirir as referidas parcelas de terreno, deverá deliberar, conforme a alínea f), nº 2 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela

Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro, que consagra a norma habilitante, e da alínea c), do nº 7, do artigo 64º, do mesmo diploma legal, requerer ao membro do Governo competente a Declaração de Utilidade Pública, para efeito de expropriação das parcelas acima identificadas”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRÂNSITO - ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NA FREGUESIA DE CALDELAS - Presente a seguinte proposta: “Pela presente se submete à apreciação camarária a alteração ao trânsito na freguesia de Cadelas, assinalada na planta anexa. A sua elaboração está em harmonia com a Junta e Assembleia de Freguesia, e permitirá melhorar as condições de circulação e segurança rodoviária no arruamento em causa”. A planta com a alteração ao trânsito dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

TRÂNSITO - ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NA FREGUESIA DE NESPEREIRA - Presente a seguinte proposta: “Pela presente se submete à apreciação Camarária a alteração ao trânsito na freguesia de Nespereira, assinalada na planta anexa. A sua elaboração está em harmonia com a Junta e Assembleia de Freguesia, e permitirá melhorar as condições de circulação e segurança rodoviária no arruamento em causa”. A planta com a alteração ao trânsito dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

DOAÇÕES – OFERTA DE LIVROS À CISAVE – Presente a seguinte proposta: “No âmbito das Comemorações do 10º



Aniversário da Classificação do Centro Histórico de Guimarães a Património da Humanidade, a Biblioteca ofereceu livros de vários autores Vimaraneses aos leitores que no dia 13 de Dezembro se deslocaram a esta Biblioteca. Assim, veio a Escola Profissional CISAVE solicitar a oferta de um exemplar de cada livro que oferecemos com o intuito de enriquecer o acervo documental da sua biblioteca". A listagem dos livros dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DOAÇÕES - DOAÇÃO DE MOBILIÁRIO - JUNTA DE FREGUESIA DE CANDOSO S. MARTINHO – Presente a seguinte informação da Divisão de património Municipal: "A Junta de Freguesia de Candoso S. Martinho vem solicitar a doação de mobiliário que estava afeto à antiga EB1 de Candoso S. Martinho, destinando-se ao apetrechamento da sede daquela Junta de Freguesia. De acordo com informação prestada pela Divisão de Educação, o material pretendido é antigo e não é necessário àquele estabelecimento de ensino, podendo ser doado àquela autarquia. Assim, caso o Município de Guimarães pretenda doar o equipamento constante na listagem abaixo discriminada, deverá ser submetida à Câmara Municipal, nos termos da alínea b), n.º 6, do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a doação à Junta de Freguesia de Candoso S. Martinho, do indicado mobiliário, tendo sido atribuído o valor total de €207,00. -----

DESIGNAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
8 Armários fechados em fórmica	€20,00	€160,00
1 Mesa quadrada de refeitório	€15,00	€15,00
8 Cadeiras de aluno em fórmica	€4,00	€32,00
Total		€207,00

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

ENTIDADES PARTICIPADAS – FIXAÇÃO DO MONTANTE DO FINANCIAMENTO A ASSEGURAR PELA AUTARQUIA À COOPERATIVA A OFICINA, CIPRL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 67º DA LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, ALTERADA E REPUBLICADA PELA LEI Nº 5-A/2002 DE 11 DE JANEIRO – Presente a seguinte proposta:

“Em Março de 2010, a Câmara Municipal de Guimarães deliberou aprovar um protocolo de colaboração com a Cooperativa A Oficina, válido até ao final de 2012. Refere tal protocolo que, por deliberação a votar nos anos de 2011 e de 2012, a Câmara fixaria o montante global de financiamento e respetivo fracionamento mensal respeitantes aos restantes anos de produção de efeitos do referido Protocolo de Colaboração. Nessa conformidade, proponho que o montante a atribuir à referida Cooperativa se mantenha, em 2012, nos €2.000.000,00 (dois milhões de euros), a pagar em duodécimos”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. A Vereadora Francisca Abreu não participou na discussão e na votação da proposta.** -----

ENTIDADES PARTICIPADAS – FIXAÇÃO DO MONTANTE DO FINANCIAMENTO A ASSEGURAR PELA AUTARQUIA À COOPERATIVA TEMPO LIVRE, CIPRL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 67º DA LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, ALTERADA E REPUBLICADA PELA LEI Nº 5-A/2002 DE 11 DE JANEIRO – Presente a seguinte proposta:

“Em Março de 2010, a Câmara Municipal de Guimarães deliberou aprovar um protocolo de colaboração com a Cooperativa Tempo Livre, válido até ao final de 2012. Refere tal protocolo que, por deliberação a votar nos anos de 2011 e de 2012, a Câmara fixaria o montante global de financiamento e respetivo fracionamento mensal respeitantes aos restantes anos de produção de efeitos do



referido Protocolo de Colaboração. Nessa conformidade, proponho que o montante a atribuir à referida Cooperativa se mantenha, em 2012, nos €720.000,00 (setecentos e vinte mil euros), a pagar em duodécimos". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Vereador Amadeu Portilha não participou na discussão e na votação da proposta.** -----

O **Vereador André Coelho Lima** disse que os Vereadores do PSD iriam entregar, até às 17:30 horas do dia de hoje, uma declaração de voto. -----

O **Presidente da Câmara** disse que sentia como uma provocação a declaração do Vereador André Coelho Lima ao não legitimar a decisão tomada pelo Partido Socialista e ao considerar de arbitrária a deliberação tomada. -----

O **Vereador André Coelho Lima** disse que a expressão arbitrária não foi atribuída ao sentido de voto tomado pela maioria socialista mas antes pela mudança de atitude arbitrária do Presidente da Câmara que ainda há menos de um mês tinha autorizado a entrega das declarações de voto até às 24:00 h do dia da reunião.

O **Presidente da Câmara** disse que a decisão teve que ver com o facto de, nessa altura, o Vereador André Coelho Lima ter entregado a declaração de voto uma semana após o dia da reunião. -----

Os Vereadores José Manuel Antunes e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Na opinião dos vereadores do PSD, é injustificável justifica o aumento verificado no financiamento assegurado pelo Município para a Cooperativa «TEMPO LIVRE». Trata-se de um aumento da ordem dos €180.000,00 face ao montante despendido no ano anterior (de €540.000,00 para €720.000,00), que corresponde a um aumento de 33% face ao valor transferido no ano 2011, o que, numa altura

de crise transversal, numa altura de cortes sérios e profundos (como na iluminação das vias e artérias do nosso concelho), numa altura em que o Presidente de Câmara alertou para a eventualidade de a Câmara proceder a cortes nos apoios sociais por falta de condições económicas, um aumento numa cooperativa que se dedica essencialmente à atividade de desporto e lazer é algo que a nossa ver não merecer a nossa concordância. Nesse enquadramento, a única razão pela qual não votamos contra esta transferência para a «TEMPO LIVRE» prende-se com a circunstância de o valor relativo ao ano 2011 ter sido já substancialmente inferior ao valor relativo ao ano de 2010, pelo que se considera haver aqui uma correção face à queda significativa do ano anterior, razão pela qual, nos abstermos neste ponto da ordem de trabalhos”. -----

ENTIDADES PARTICIPADAS - ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO AVE – TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA O ANO DE 2012 - Presente a seguinte proposta: “Na sequência de

um ofício da Associação de Municípios do Vale do Ave, datado de 13 de Fevereiro de 2012, remetendo o mapa com a previsão dos custos com pessoal e de funcionamento para o ano de 2012, bem como as transferências a efetuar pelos Municípios, submete-se à aprovação do executivo camarário a transferência, por parte da Câmara Municipal de Guimarães, da verba de €107.879,43 (cento e sete mil oitocentos e setenta e nove euros e quarenta e três cêntimos) correspondente a custos de pessoal, assim como da verba de €81.900,60 (oitenta e um mil e novecentos euros e sessenta cêntimos), correspondente a custos de funcionamento, no valor total de €189.780,03 (cento e oitenta e nove mil e setecentos e oitenta euros e três cêntimos). Junto se anexa o quadro dos custos de funcionamentos imputados”. O referido



mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votou contra o Vereador José Manuel Torcato Ribeiro. -----

ATIVIDADES ECONÓMICAS – FEIRA RETALHISTA DE GUIMARÃES – SORTEIO PARA ATRIBUIÇÃO DO DIREITO DE OCUPAÇÃO DE LUGARES DE VENDA

– Presente a seguinte informação dos serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “Decorrente de desistências, existem neste momento quatro lugares disponíveis na Feira Retalhista de Guimarães, distribuídos da seguinte forma: um no sector do vestuário, um no sector da marroquinaria e acessórios; dois no sector de artigos para o lar na área das louças, cutelarias, plantas e móveis; Os serviços têm conhecimento, através de pedidos apresentados, que existem pessoas interessadas na atribuição destes lugares de venda. De acordo com o artigo 12.º do Regulamento das Feiras Retalhistas do Município de Guimarães cada espaço de venda numa determinada feira é atribuído mediante sorteio, por ato público, que dê todas as garantias de imparcialidade e transparência. Atendendo à disponibilidade de lugares naquela Feira e à forma estabelecida no Regulamento para a sua atribuição, propõe-se que seja realizado um sorteio para atribuição daqueles lugares disponíveis, segundo o sector em que se localizam. O sorteio terá lugar no dia 4 de abril, no Multiusos de Guimarães, de acordo com a localização dos lugares disponíveis e com as normas definidas no programa do sorteio para atribuição do direito à ocupação de lugares de venda na Feira Retalhista de Guimarães, documento que se junta em anexo à presente proposta (ANEXO A). Propõe-se, ainda, que a Comissão que irá acompanhar a realização do Sorteio seja composta pelos seguintes elementos: Presidente da Comissão: Miguel de Sousa Pires de

Almeida Frazão -. Diretor do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente; 1.º Vogal – Dalila Sepúlveda Mesquita de Freitas – Chefe da Divisão de Serviços Urbanos. 2.º Vogal – Crisália Marcela Pereira Alves – Técnica Superior. Vogal suplente – Maria Isabel Vieira Oliveira Lopes – Assistente Técnica. Em caso de impedimento do Presidente da Comissão, este será substituído pelo primeiro vogal”. O programa da hasta pública dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

EDUCAÇÃO – ATRIBUIÇÃO DO PRÉMIO AO MELHOR ALUNO DA UNIVERSIDADE DO MINHO INSTITUIDO PELA CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES - Presente a seguinte proposta:

“Em conformidade com a revisão do regulamento aprovado pela Câmara Municipal na sua reunião de 4 de dezembro de 2008, recebemos da Universidade do Minho a indicação do aluno a beneficiar do prémio em 2012. Trata-se de Bohdan Arzhanov, estudante ucraniano que, tendo concluído o 1º Ciclo de Mestrado Integrado em Engenharia Electrónica Industrial e Computadores com 17.450 valores, foi considerado o melhor aluno dos cursos de 1º ciclo lecionados no Polo de Guimarães da Universidade do Minho. Tendo em vista que a cerimónia de entrega do prémio decorrerá já no próximo dia 17 de fevereiro, dia da Universidade do Minho, proponho que a Câmara Municipal ratifique o despacho de atribuição do prémio no valor de €1.000,00 (mil euros) ao estudante em causa”. **DELIBERADO APROVAR POR**

UNANIMIDADE. -----

EDUCAÇÃO – JARDIM DE INFÂNCIA DE S. ROQUE - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “O Jardim de infância de S. Roque solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o



transporte de crianças, no próximo dia 14 de Março, à Pousada de Santa Marinha da Costa. Assim, considerando que se trata da realização de uma atividade de relevante interesse e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por meu despacho de 13 de fevereiro de 2012, proponho o deferimento do pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal, a atribuição deste tipo de apoios, remete-se à reunião de Câmara para deliberação”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – ASSOCIAÇÃO DE PAIS DA ESCOLA EB1/JI DE AULA – CONDE - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO - Presente a seguinte proposta: “A APESMACO - Associação de Pais da Escola EB1/JI de Aula, Conde, solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte dos alunos, no próximo dia 10 de Abril, ao Centro Cultural Vila Flor. Assim, considerando que se trata da realização de uma atividade de relevante interesse pedagógico, e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por meu despacho de 18 de fevereiro de 2012 proponho o deferimento do pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, remete-se a Reunião de Câmara o apoio solicitado”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – ASSOCIAÇÃO DE PAIS DA ESCOLA EB1/JI AULA – CONDE - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO - Presente a seguinte proposta: “A APESMACO Associação de Pais da Escola EB1/JI de Aula, Conde, solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte dos alunos, no próximo dia 5 de Junho, à ETAR. Assim, considerando que se trata da realização de uma atividade de

relevante interesse pedagógico, e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por meu despacho de 27 de janeiro de 2012, proponho o deferimento do pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal, a atribuição deste tipo de apoios, remete-se à reunião de Câmara o transporte solicitado, para deliberação”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL – CASFIG – EEM – FÉRIAS DA PÁSCOA – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “A CASFIG - Entidade Empresarial Municipal solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para os dias 28 de Março e 2 e 4 de Abril, para efetuar o transporte das famílias residentes nos empreendimentos de habitação social pertencentes ao município de Guimarães. Assim, considerando os objectivos prosseguidos pela empresa municipal e os apoios concedidos em varias atividades, e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por meu despacho 16 de fevereiro de 2012 proponho o deferimento do pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, remete-se para aprovação em reunião de Câmara”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA – PROTOCOLOS DE DESCENTRALIZAÇÃO CULTURAL 2012 – Presente a seguinte proposta: “No seguimento da política definida pela Câmara Municipal de Guimarães no que concerne ao incentivo e ao apoio à formação, criação, produção e divulgação cultural nas diferentes áreas, propõe-se a atribuição de subsídios e o estabelecimento de protocolos de colaboração, no montante total de €50.150,00 (cinquenta mil, cento e cinquenta euros), de acordo com a seguinte distribuição por áreas de intervenção: Bandas Musicais -



€10.000,00; Grupo Folclóricos - €16.700,00; Grupos de Teatro Amador - €7.200,00; Grupos Corais Associativos - €4.800,00; Grupos de Música Popular - €3.200,00; Academia de Música Valentim Moreira de Sá - €2.000,00; Escolas de Música - €6.250,00. **Total - €50.150,00.** Mediante a aprovação da presente proposta, serão assinados com os diversos agrupamentos protocolos de colaboração de acordo com as minutas anexas". As minutas dos protocolos de colaboração dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

CULTURA – ORQUESTRA DO NORTE – PROTOCOLO COM A ASSOCIAÇÃO NORTE CULTURAL RELATIVO AO ANO DE 2012

– Presente a seguinte proposta: "Com o intuito de assegurar as condições indispensáveis à continuidade da ação de divulgação da música erudita que a Associação Norte Cultural/Orquestra do Norte vem assegurando, proponho a aprovação do protocolo anexo, prevendo o pagamento, à referida associação, do montante de €42.000,00 (quarenta e dois mil euros), tendo como contrapartida a realização, nos termos constantes do referido protocolo, de oito concertos gerais e de oito concertos pedagógicos. A minuta do protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

CULTURA - FESTAS DE INTERESSE CONCELHIO E LOCAL – APOIOS FINANCEIROS PARA O ANO DE 2012

– Presente a seguinte proposta da Vereadora Francisca Abreu: "As festas populares são tempo e espaço de encontro, de convívio, de recriações de manifestações sociais e culturais marcantes da nossa tradição e cultura que contribuem sobremaneira para a preservação da nossa identidade e memória colectivas. Pela sua

inestimável relevância cultural e turística proponho a atribuição dos seguintes subsídios, totalizando €99.000,00 (noventa e nove mil euros): **1 - FESTAS DE INTERESSE CONCELHIO** - Marcha Gualteriana (Associação Recreativa da Marcha Gualteriana) - €75.000,00; Festas das Taipas - S. Pedro (Comissão Organizadora) - €6.800,00; Festas de Pevidém (S. Jorge) (Ass. de Festas de S. Jorge - Pevidém) - €3.000,00; Festas de S. João (Covas) (ARCOV - Ass. Rec. Cultural e Desportiva) - €1.800,00; Festas Nicolinas (Comissão de Festas Nicolinas) - €2.500,00; Danças de S. Nicolau (Ass. dos Antigos Alunos do Liceu Guimarães) - €1.500,00; Festas das Cruzes (Serzedelo) (Comissão Organizadora) - €1.000,00; Romaria Grande - S. Torcato (Irmandade S. Torcato) - €800,00; Linhal da Corredoura (Grupo Folclórico da Corredoura) - €600,00. **2 - FESTAS DE INTERESSE LOCAL** - Festas de S. Cristóvão (Assoc. dos Motoristas de Guimarães) - €600,00; Festas do Dia do Caixeiro (Comissão Organizadora do Dia do Caixeiro) - €600,00; Festas de Stº António (Cruz de Pedra) (G. Cult. Rec. Cruz de Pedra) - €600,00; Festa do Agricultor (Casa do Povo de Fermentões) - €600,00; Festas de S. João de Calvos (Lordelo) (Comissão de Festas) - €600,00. Festa de Carnaval Pevidém (Grupo de Teatro do C.C.D. da Coelima) - €600,00; Festas de Nª Sr.ª da Ajuda (Moreira Cónegos) (Comissão Organizadora) - €600,00; Festas de S. Sebastião - (Serzedo) (Comissão Organizadora) - €600,00; Festas de S. Tiago (Lordelo) (Comissão Organizadora) - €600,00; Festas de Nossa Senhora da Luz (Creixomil) (Comissão Organizadora) - €600,00. **Total - €99.000,00.** Os subsídios deliberados serão processados após requerimento das entidades interessadas. Os pagamentos só serão efectuados após prova documental, por parte das entidades beneficiadas, da respectiva constituição pública (escritura notarial,



estatutos e publicações obrigatórias). No caso de comissões de festas e organizadoras constituídas *ad-hoc*, não dispondo, portanto, de constituição pública, o subsídio deve ser requerido pela Junta de Freguesia onde se realiza o evento, com menção expressa do mesmo. Nos casos em que os subsídios deliberados sejam iguais ou superiores a €5,000,00 (cinco mil euros) as entidades devem ainda apresentar certidão de situação regularizada perante a Segurança Social, sem a qual o pagamento não poderá ser efectuado. Em todos os casos, o apoio concedido deverá ser publicamente divulgado, designadamente pela inclusão do logótipo da Câmara Municipal de Guimarães em cartazes e outros suportes promocionais". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ACTA EM MINUTA. -----

PELAS ONZE HORAS E VINTE MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----

-----INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

Pelas 11:20 horas, foi dada a palavra ao público, tendo usado da palavra **Bento da Silva Castro** que, em nome de Freitas Castro & Filhas, Lda, acusou a Câmara Municipal de não querer negociar a aquisição das parcelas de terreno necessárias ao projeto da placa giratória, a implantar no entroncamento da Rua Moura Machado, Rua de Nossa Senhora da Madre de Deus e Rua de Cesil, freguesia de Azurém. -----

O **Vereador Domingos Bragança** interveio, recordando que reuniu com este munícipe no local, várias vezes, e que não se chegou a acordo amigável. -----

O **Presidente da Câmara** manifestou a disponibilidade do Município para tentar um acordo, sem o qual segue o processo expropriativo. -----